

1. Generalidade

A ERSE colocou em consulta pública a proposta do Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT) para o período de 2016-2025 (PDIRGN 2015).

A ERSE elaborou um documento complementar de enquadramento ao PDIRGN 2015, contextualizando do ponto de vista legal e regulamentar, apresentando as grandes diferenças entre o PDIRGN 2013 e o PDIRGN 2015 e, por vim, elenca um conjunto de questões que considera pertinentes para a consulta pública.

Numa análise geral à proposta de PDIRGN, não se pode deixar de constatar que o desenvolvimento do plano está assente num documento que não está disponível na consulta pública, nem se encontra publicado, tratando-se do mais recente Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento do Sistema Elétrico Nacional (RMSA 2014).

A DECO realça as melhorias introduzidas no PDIRGN 2015, relativamente ao anterior, incorporando sugestões que haviam sido feitas em sede de consulta pública, nomeadamente ao nível das previsões da evolução da procura de gás natural, apresentação dos impactos tarifários do plano e mais critérios na avaliação dos projetos de investimento.

2. Especialidade

- Previsão da Procura

A REN apresenta dois cenários de procura, um cenário base e um cenário de segurança de abastecimento. A diferença dos dois cenários encontra-se da descontinuação da produção de duas centrais termoelétricas a carvão, Pego e Sines, considerada no cenário de segurança de abastecimento.

A retirada destas centrais da produção de eletricidade está representada numa expectativa de aumento da produção das centrais de ciclo combinado a gás natural, a partir de 2018. Contudo, para uma análise completa seria necessário conhecer os impactos desta retirada de dois produtores, no mix de produção do setor elétrico.

A DECO considera que o PDIRGN não pode estar assente na incerteza da retirada de funcionamento destas centrais, e concorda com a opção da REN, em considerar o cenário base para o planeamento da RNTIAT. No entanto, a REN deve acompanhar o desenvolvimento desta situação, que poderá ter impactos para o setor do gás natural.

Não obstante de o planeamento de rede requerer alguma antecipação para acautelar grandes variações da procura, não é claro que a atual rede de transporte não consiga dar resposta a um aumento do consumo de gás natural do mercado elétrico.

Na previsão de procura a REN apresenta a previsão para a evolução do consumo com dois segmentos distintos, o mercado convencional e o mercado elétrico.

Relativamente ao mercado elétrico, quer no cenário base, quer no cenário de segurança de abastecimento, a DECO considera que as previsões de consumo são bastante otimistas, dado que, têm como ponto de partida o ano de 2015,

caracterizado por uma redução da produção de eletricidade hídrica e eólica, que levou a uma maior necessidade de produção por parte das centrais de ciclo combinado a gás natural.

A DECO considera que não é expectável para o futuro que se mantenha este nível de consumo para as centrais elétricas, por diversos fatores, entre eles, a entrada de nova produção elétrica de fontes renováveis.

No que respeita as pontas de consumo, a DECO considera que, à semelhança do consumo, considerar o ano de 2015, um ano de baixa produção de energia elétrica de fontes hídricas e eólicas, como ponto de partida é adotar um cenário bastante otimista. Neste sentido, a DECO recomenda que seja considerada a tendência relevada pelos consumos de gás natural e pontas de consumo nos últimos 3 anos (2012-2014).

A DECO recomenda ainda que sejam apresentadas, como alternativa aos investimentos do PDIRGN, medidas de gestão da procura com recurso a medidas de interruptibilidade, que permitam mitigar a necessidade de investimento.

- Critério N-1

Neste ponto, a DECO considera que a gestão do sistema deve também ser feita pela gestão da procura, à semelhança da gestão das pontas de consumo, com recurso a medidas de interruptibilidade, e estanha não ser considerada do PDIRGN 2015.

- Terceira Interligação PT-ES

A DECO realça que no PDIRGN 2015 encontram-se diversos projetos de investimento relacionados com a terceira interligação PT-ES, ou seja, estão dependentes da realização deste protejo para que sejam otimizados os seus benefícios. Desde modo, a DECO considera que estes projetos devem ser reavaliados caso não se realize o projeto da terceira interligação, pois os benefícios individuais destes projetos serão menores.

No PDIRGN 2015 a REN indica quais seriam as alternativas ao projeto da terceira interligação PT-ES, no entanto, não apresenta um nível de detalhe que seja comparável, o que dificulta a análise.

No cenário base de evolução de procura e de ponta, o critério N-1 está assegurado até 2024, sendo então necessário investir no reforço da interligação com Espanha.

Quanto aos benefícios, o PDGIRN 2015 realça que a terceira interligação trás benefícios para a dinamização do mercado ibérico de gás natural, o PDIGRN 2015 não esclarece se a falta de evolução e dinâmica deste mercado está assente na ausência de capacidade nas interligações existentes ou noutros fatores, situação que deve ser esclarecida para avaliar este benefício.

É também apresentado o benefício da interligação do mercado ibérico com o mercado europeu (interligação Espanha-França), no entanto, este benefício para o sistema nacional de gás natural só será efetivo com o reforço da interligação Espanha-França, pelo que, torna-se indispensável a coordenação entre os dois projetos.

Neste sentido, a DECO considera que o projeto da terceira interligação PT-ES, neste DPIRGN, não se apresenta como um investimento fundamental, pelo que deverá ser adiado até serem esclarecidas todas as questões levantadas, relativamente à sua necessidade para garantia da segurança de abastecimento e dinamização do mercado ibérico e europeu de gás natural.